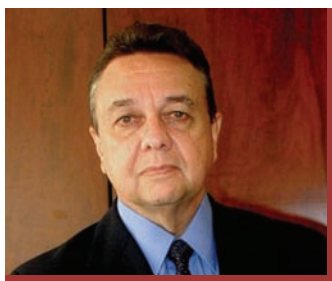


Diário de bordo

Fertilizantes,
uma limitação

Roberto Rodrigues*

MUITO SE tem escrito sobre o explosivo aumento dos preços dos produtos agrícolas em todo o mundo nos últimos dois anos. O crescimento da renda dos consumidores de países emergentes aumentou o consumo, enquanto a oferta não acompanhou a demanda. Com isso, os estoques mundiais caíram, estimulando investimentos especulativos que, somados ao desequilíbrio referido, elevaram preços.

Outros dois fatores contribuíram: o uso de uma parte da safra do milho americano para etanol reduziu a oferta de grão para alimentação animal e humana; e o aumento dos custos de produção, determinado, entre outras razões, pelo petróleo e pelos fertilizantes.

Com os preços convidativos, agricultores em todos os continentes plantarão mais e, em alguns anos, será restabelecido o equilíbrio oferta/demanda, com os preços declinando.

Mas a questão dos fertilizantes não parece assim tão fácil, e pode ser um fator limitante para o resgate. O Brasil é impactado fortemente por esse problema.

Nos últimos dez anos (1997 a 2007), nosso consumo em toneladas aumentou 78,3%, e a produção apenas 34,2%. Com isso, nossas importações de matéria-prima cresceram 370% em dólares no mesmo período. É bem verdade que as exportações também cresceram, mas

não chegaram a 200%, muito abaixo do aumento das importações.

E nossa demanda crescerá mais, devido à ocupação de áreas de pastagens em cerrados pobres. Em 1990, o Brasil consumia 3,2% de todo o fertilizante do mundo, e hoje consumimos 6,1%, quase o dobro.

Não fosse a valorização dos grãos no mercado internacional, nossos produtores já estariam perdendo capacidade de produção por causa dos custos crescentes.

Mas há produtos para os quais a relação de troca ficou muito ruim, como a cana: em 2007, eram necessárias 19,8 toneladas de cana para comprar 1 tonelada de adubo de soca; em 2008, serão necessárias 30,4 toneladas, 50% a mais. Com 3 sacas de café de 60 kg, em 2007 comprava-se 1 tonelada de adubo; hoje precisam-se de 3,5 sacas. Em algodão, saltamos de 47,2 arrobas para 58,8!

Esses dados preocupam, especialmente nos próximos dois ou três anos, porque a indústria mundial vinha produzindo matérias-primas em operação próxima ou superior a 90% da capacidade instalada. Poucos investimentos importantes foram feitos no setor.

No caso dos fosfatados, o mercado deverá ser apertado em 2008, seja pela limitada produção de rocha fosfática, seja pelos elevados custos do enxofre, seja pela sobretaxa imposta pela China às exportações de matéria-prima.

Quanto ao cloreto de potássio, o aumento da produção será marginal, o que já determinou o encarecimento do produto nos últimos meses.

E os nitrogenados, com a demanda indiana e as sobretaxas, terão mercado apertado.

É preciso cuidar disso atentamente, inclusive buscando novas tecnologias de fertilização, sob pena de vermos prorrogado o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos, fato que não interessa a ninguém, porque vai acabar em intervenção governamental, que distorce mercados. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Alimentos e
biocombustíveis

Cesário Ramalho da Silva*

A TESE de que a produção de biocombustíveis vem tomando área do cultivo de alimentos, contribuindo para sua escassez e aumento dos preços, não se aplica ao Brasil. Temos matéria-prima e terras para produzir ambos de forma coexistente. O mesmo não se pode dizer de Estados Unidos e Europa, que redirecionam grãos, e usam áreas antes destinadas aos alimentos, para os biocombustíveis.

O Brasil tem história na produção de álcool a partir da cana-de-açúcar que remonta a 1975, com o impulso do Pro-álcool. De lá para cá, instituímos a obrigatoriedade da mistura do produto à gasolina, avançamos para os carros a álcool e subimos mais um degrau com os modelos *flex*.

Essa trajetória, impulsionada pela pesquisa, que levou a significativos ganhos de produtividade, mostra conhecimento e resultados que posicionam o Brasil como a maior autoridade na produção de combustível limpo, renovável, de biomassa, a custo baixo, sem subsídios e que não compete com alimentos.

Não copiamos os EUA e a Europa. Na verdade, já substituímos 43% de nossa gasolina e nos preparamos é para exportar produção e eficiência tecnológica para o mundo. Aqui reside o desafio de transformar o etanol em *commodity* e na adição obrigatória de biocombus-

Opinião

Inovar para fomentar

tíveis nas frotas de veículos dos países, que precisam reduzir emissões de gases poluentes.

Hoje, segundo o presidente da consultoria Datagro, Plínio Nastari, produzimos cerca de 7 mil litros de álcool por hectare de cana-de-açúcar a um custo médio de US\$ 1,6 por galão, enquanto a gasolina no mercado livre mundial é cotada a US\$ 2,8. Isso em um cenário em que o barril do petróleo atinge valores estratosféricos (US\$ 120), com tendência de alta *ad aeternum*.

Atualmente, o Brasil tem 276 milhões de hectares de terras cultiváveis. Desse total, 72% são pastagens naturais/cultivadas, 16,9% são para grãos e somente 2,81% são para cana-de-açúcar, que ocupa apenas 7,8 milhões de hectares, dos quais 4,4 milhões para o álcool.

Em números absolutos, as culturas anuais e permanentes ocupam 72 milhões de hectares, existem ainda 71 milhões de hectares inexplorados disponíveis para agricultura e 172 milhões de hectares de pastagens, com sua recuperação e integração com lavouras, onde a cana avança. Como podemos observar, temos campo para incorporar novas áreas, aproximadamente 100 milhões de hectares, sem dano ambiental.

Além disso, estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta que, neste ano, a safra atinja um recorde de 142 milhões de toneladas de grãos. O volume representa um crescimento de mais de 120% em apenas dez anos – a safra 1997/1998 foi de 76,558 milhões de toneladas de grãos. Com todas essas estatísticas, que atestam a coexistência entre biocombustíveis e alimentos no Brasil, fica difícil taxar o País como vilão da escassez e/ou aumento do preço dos alimentos. ■



João Sampaio*

POLÍTICAS AGRÍCOLAS de incentivo à produção devem ser utilizadas pelos governantes e servir de sustentação ao desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. Os números indicam que a quantidade de alimentos consumida por pessoa é 24% maior que há 40 anos. Fomentar o cultivo e criar dispositivos de apoio ao agricultor é missão dos governos.

O estado de São Paulo inaugurou um modelo novo com o subsídio aos juros. O produtor terá “juro zero” para o pagamento em até cinco anos do financiamento de seis mil tratores oferecidos para a safra 2008/2009. A aquisição será em leilão reverso, em que os fabricantes registram os preços para dois mil tratores de cada categoria, respectivamente de 55CV, 75 CV e 90CV. Aquele que oferecer o menor preço vende o lote.

O crédito é válido aos pequenos e médios agricultores, com renda bruta anual de até R\$ 400 mil. Para se ter uma idéia, seis mil tratores representam mais de 15% das vendas anuais das empresas no Brasil.

Mais que nunca, os termos *food insurance* e *food security* caminham juntos, não basta apenas garantir a produção, mas também a sua qualidade. Em função desse paradigma, o governo do estado lançou um crédito para investimentos em infraestrutura e adequações das propriedades que tenham projetos técnicos buscando certificação. Em vez de oferecer certifica-

dos ou entrar em áreas em que não tem competência, ou que não são da sua atribuição, o estado deve colocar ao alcance do produtor recursos a juros baratos, no caso, de 3% ao ano, para que ele entre no mercado competitivo com certificação.

O atual aumento nos preços dos alimentos carrega uma característica diferenciada, decorre muito mais de uma crise de demanda (aquecida) que de carência de oferta. Registramos safras recordes, principalmente no Brasil, com expectativa de 142 milhões de toneladas na safra de grãos. Em contraposição, dados das Nações Unidas mostram que, em 1965, a porcentagem da população mundial que vivia com menos de 2 mil calorias dieta/dia era de 57%. Com a entrada maciça de chineses, indianos e brasileiros, hoje é de 10%.

Oferecer ao mundo alimento em quantidade suficiente e de qualidade garantida deve ser o desafio dos formuladores de políticas agrícolas. Criar as condições preveniria contra as intermináveis renegociações de dívidas rurais às quais somos expostos, alimentando a imagem de setor protegido e socorrido por sucessivos governos. O equívoco não está no socorro, mas nas medidas que antecedem ao endividamento, pois dar acesso ao crédito e a instrumentos de seguro rural evitariam a dívida.

O cuidado do Poder Público quando intervém na produção deve ser redobrado, porque os efeitos podem ser desastrosos e, muitas vezes, a sua interferência nem precisa ser direta para provocar efeitos colaterais. Caso típico é o do preço do óleo diesel, que impacta nos custos de produção, causa retração da oferta e conseqüente aumento de preços dos produtos. Para a população urbana, a correlação não é aparente e, para o governo federal, às vezes, ela é escondida. Aumentar preços na bomba de gasolina é evidentemente mais impopular.

Para incentivar a produção é preciso olhar técnico e apurado, criar políticas agrícolas de médio e longo prazo requer ainda mais planejamento, particularmente neste momento em que o mundo recorre ao Brasil para o fornecimento de grãos e proteínas. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo